



CÓD:OP-035JL-22
7908403525171

PM-RN

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Gabaritando-550 questões Gabaritadas

CADERNO GABARITADO

ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	47
3. Direito Administrativo	59
4. Direito Constitucional	85
5. Direito Penal	107
6. Direito Processual Penal	129
7. Direito Penal Militar e Processual Penal Militar	151

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Texto I

Camelô

(Manuel Bandeira)

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:

O que vende balões de cor

O macaquinho que trepa no coqueiro

O cachorrinho que bate com o rabo

Os homenzinhos que jogam box

A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado

E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma

Alegria das calçadas

Uns falam pelos cotovelos:

- "O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço de banana para eu acender o charuto. Naturalmente o menino pensará: papai está malu..."

Outros coitados, têm a língua atada.

Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades.

E ensinam no tumulto das ruas os mitos heroicos da meninice...

E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância.

Assinale a opção em que se erra na justificativa da acentuação das seguintes palavras retiradas do poema de Bandeira:

(A) "camelô" – acentuam-se os oxítonos terminados em "lo".

(B) "língua" – acentuam-se os paroxítonos terminados em ditongo crescente.

(C) "porém" – acentuam-se os oxítonos terminados em "em".

(D) "dá" – acentuam-se os monossílabos tônicos terminados em "a".

2.(IBFC - OFICIAL DE CARTÓRIO (PC RJ)/2013)

Mães fazem "mamaço" em unidade do Sesc em São Paulo

Por Flávia Martin

Em meio a fotografias de animais selvagens nas paisagens mais remotas e intocadas do mundo, retratados por Sebastião Salgado e expostos em "Genesis", no Sesc Belenzinho, zona leste, 20 mães faziam algo igualmente primitivo e natural: davam o peito para seus bebês mamearem.

O "mamaço" da manhã de hoje foi organizado depois que a turismóloga Geovana Cleres, 35, foi proibida de amamentar Sofia, 1 ano e quatro meses, naquela unidade do Sesc, na última quarta-feira.

Segundo Geovana, uma funcionária a abordou dizendo que não era permitido dar de mamar no espaço de leitura do Sesc e pediu que ela fosse a sala de amamentação.

Trata-se de um espaço pequeno, com um microondas para esquentar papinhas e mamadeiras e uma poltrona, que, naquele momento, estava ocupada por um pai que dava comida para o filho.

"Fiquei sem entender, mas, apesar do incômodo, tirei a Sofia do peito. Alegaram que outras crianças poderiam ficar olhando e até sentir vontade de mamar", conta.

Geovana encaminhou a reclamação ao Sesc e desabafou no Facebook. “Gerei um burburinho e encontrei outras mães que já tinham tido esse problema aqui.”

[...]

O Sesc Belenzinho afirmou que a proibição a Geovana foi um erro pontual de uma funcionária. Coordenadores da unidade acompanharam o “mamaço” e pediram desculpas para as mães presentes.

Diponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1372731-maes-fazem-mamaco-em-unidade-do-sesc-em-sao-paulo.shtml>, (Acessado em 17/11/2013)

O vocábulo “mamaço”, utilizado no texto, foi construído por analogia a outros já conhecidos da língua e baseado no seguinte processo de formação de palavras:

- (A) prefixação
- (B) composição por justaposição
- (C) sufixação
- (D) derivação imprópria
- (E) parassíntese

3.(IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/ARQUITETURA/2014 (E MAIS 16 CONCURSOS)

Texto I

Camelô

(Manuel Bandeira)

Abençoado seja o camelô dos brinquedos de tostão:

O que vende balões de cor

O macaquinho que trepa no coqueiro

O cachorrinho que bate com o rabo

Os homenzinhos que jogam box

A perereca verde que de repente dá um pulo que engraçado

E as canetinhas-tinteiro que jamais escreverão coisa alguma

Alegria das calçadas

Uns falam pelos cotovelos:

- “O cavalheiro chega em casa e diz: Meu filho, vai buscar um pedaço de banana para eu acender o charuto. Naturalmente o menino pensará: papai está malu...”

Outros coitados, têm a língua atada.

Todos porém sabem mexer nos cordéis com o tino ingênuo de demiurgos de inutilidades.

E ensinam no tumulto das ruas os mitos heroicos da meninice...

E dão aos homens que passam preocupados ou tristes uma lição de infância.

A flexão dos substantivos compostos exige do falante observação do comportamento morfológico das palavras primitivas. Desse modo, a flexão de número do composto “canetinhas-tinteiro” estaria mais bem justificada pelo fato:

- (A) do segundo elemento ser invariável.
- (B) do primeiro elemento estar no diminutivo.
- (C) do segundo elemento delimitar o primeiro.
- (D) do primeiro elemento ser invariável.

4.(IBFC - ESCRIVÃO (PC SE)/2014)

Eficiência militar

(Historieta Chinesa)

LI-HU ANG-PÔ, vice-rei de Cantão, Império da China, Celeste Império, Império do Meio, nome que lhe vai a calhar, notava que o seu exército provincial não apresentava nem garbo marcial, nem tampouco, nas últimas manobras, tinha demonstrado grandes aptidões guerreiras.

Como toda a gente sabe, o vice-rei da província de Cantão, na China, tem atribuições quase soberanas. Ele governa a província como reino seu que houvesse herdado de seus pais, tendo unicamente por lei a sua vontade.

Convém não esquecer que isto se passou, durante o antigo regime chinês, na vigência do qual, esse vice-rei tinha todos os poderes de monarca absoluto, obrigando-se unicamente a contribuir com um avultado tributo anual, para o Erário do Filho do Céu, que vivia refestelado em Pequim, na misteriosa cidade imperial, invisível para o grosso do seu povo e cercado por dezenas de mulheres e centenas de concubinas. Bem.

Verificado esse estado miserável do seu exército, o vice-rei Li-Huang-Pô começou a meditar nos remédios que devia aplicar para levantar-lhe o moral e tirar de sua

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1.(IBFC - PROFESSOR (PREF C STO AGOSTINHO)/II MATEMÁTICA/2019)

Um ano é bissexto quando é acrescido de um dia, ficando com 366 dias. Isto se deve ao fato da Terra não levar exatos 365 dias para completar uma rotação ao redor do Sol. Analise abaixo como um ano é considerado bissexto atualmente.

- Se o ano for múltiplo de 4, é ano bissexto.
- Mas se o ano for múltiplo de 100, não é ano bissexto.
- Mas se o ano for múltiplo de 400, é ano bissexto.

(Cada regra prevalece sobre as anteriores)

Do ponto de vista da lógica matemática, podemos definir esta regra de que um ano é bissexto se:

- (A) (é múltiplo de 4 OU NÃO é múltiplo de 100) OU é múltiplo de 400
- (B) (é múltiplo de 4 E NÃO é múltiplo de 100) OU é múltiplo de 400
- (C) (é múltiplo de 4) E (NÃO é múltiplo de 100 OU é múltiplo de 400)
- (D) é múltiplo de 4 OU NÃO é múltiplo de 100 OU é múltiplo de 400

2.(IBFC - AGENTE CENSITÁRIO (IBGE)/ADMINISTRAÇÃO E INFORMÁTICA/2022)

Sabendo que o valor lógico da proposição simples p: "Paulo colaborou na organização do posto de coleta" é verdadeira e que o valor lógico da proposição simples q: "O agente censitário recepcionou os colaboradores do IBGE" é falso, então é correto afirmar que o valor lógico da proposição composta:

- (A) p disjunção q é falso
- (B) p conjunção q é verdade
- (C) p condicional q é falso
- (D) p bicondicional q é verdade
- (E) p disjunção exclusiva q é falso

3.(IBFC - ADMINISTRADOR (PREF SGDA (RN))/ESPECIALIZADO EM RECURSOS HUMANOS/2021 (E MAIS 63 CONCURSOS)

O estudo formal de proposições em termos da lógica proposicional é realizado em termos de tabelas-verdade.

"As tabelas-verdade derivam do trabalho de Gottlob Frege, Charles Peirce e outros nomes da década de 1880, e tomaram a forma atual em 1922 através dos trabalhos de Emil Post e Ludwig Wittgenstein. A publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, utilizava as mesmas para classificar funções veritativas em uma série. A vasta influência de seu trabalho levou, então, à difusão do uso de tabelas-verdade." Fonte: wikipedia, "Tabela-verdade".

Em uma tabela-verdade cada proposição simples individual é organizada em uma coluna e recebe valor verdadeiro (V) ou falso (F) a cada linha. Em uma última coluna se elenca o resultado lógico vindo da regra lógica definida pelos conectivos, para cada uma das linhas.

Considere uma proposição composta por proposições simples:

"Se João mora aqui, então ele é rico, e, se ele é rico, então tem mais de um carro, e, se ele tem mais de um carro, então ele tem carros com placas diferentes, e não depende da regra de rodízios de carro do município."

Assinale a alternativa que indica o número de linhas de uma tabela-verdade que contenha a avaliação desta proposição composta.

- (A) 8
- (B) 16
- (C) 32
- (D) 64

4.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020 (E MAIS 62 CONCURSOS)

Considerando que os símbolos \neg , \wedge , \rightarrow e \leftrightarrow representem operadores lógicos e significam "e", "ou", "então" e "se e somente se", respectivamente, analise os seguintes testes lógicos e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () $(32 - 3 \times 12 = -4 \wedge 12 + 15 = 27)$
- () $(15 + 2 \neq 17 \wedge 18 - 9 = 9)$
- () $(12 \div 4 = 4 \leftrightarrow 25 - 13 = 12)$
- () $(48 \div 4 = 12 \rightarrow 16 + 17 \neq 33)$
- () $(13 + 12 = 9 \wedge 1 + 1 = 3)$

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F, V
- (B) V, V, F, F, F
- (C) F, F, V, V, V
- (D) V, F, F, V, V
- (E) F, V, F, V, F

5.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020 (E MAIS 62 CONCURSOS)

Se A e B simbolizam, respectivamente, as proposições “João recebe uma promoção no emprego” e “João compra um carro novo”, considere a proposição composta $A \rightarrow B$ para analisar as afirmações.

I. A proposição composta $A \rightarrow B$ é falsa se A é falsa e B é falsa.

II. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se B é verdadeira e A é verdadeira.

III. A proposição composta $A \rightarrow B$ é verdadeira se A é falsa e B é verdadeira.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas a segunda afirmação é verdadeira
- (B) Apenas a terceira afirmação é falsa
- (C) Apenas a segunda afirmação é falsa
- (D) Todas as afirmações são verdadeiras
- (E) Apenas a primeira afirmação é falsa

6.(IBFC - ADVOGADO (EBSERH)/2020 (E MAIS 62 CONCURSOS)

Analise as sentenças a seguir, verificando quais resultam em valores lógicos verdadeiros e quais resultam em valores lógicos falsos.

Considere que os símbolos \rightarrow e \leftrightarrow representam os operadores lógicos “se...então” e “se e somente se”, respectivamente.

() A probabilidade de se escolher, ao acaso, um número maior que 6 no conjunto $A = \{2,5,8,25,1,12\}$ é de 50%.

() A negação da negação de uma proposição, resulta na própria proposição.

() $(5 - 2 = 2) \rightarrow (5 + 2 = 8)$.

() $(1 - \sqrt{69} > 225 - \sqrt{69}) \leftrightarrow (4 > 3)$.

De acordo com as sentenças apresentadas, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo dos valores lógicos das proposições.

- (A) V, F, F, V
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, V, F
- (D) F, V, V, F
- (E) V, V, F, V

7.(IBFC - ASSISTENTE SOCIAL (IDAM)/2019 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Considere a proposição composta:

“Se o jogador reclama ou o técnico protesta, então o juiz não viu a falta e os auxiliares não puderam ajudar”. As quatro proposições simples que a decompõe são P1: o jogador reclama; P2: o técnico protesta; P3: o juiz não viu a falta; P4: os auxiliares não puderam ajudar.

A proposição composta pode, então, ser representada por: $P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$. Considere a tabela verdade abaixo.

P1	P2	P3	P4	$P1 \vee P2 \rightarrow P3 \vee P4$
V	F	F	V	A
F	V	V	V	B

Assinale a alternativa que lista corretamente os valores assumidos por A e B

- (A) A-V, B-V
- (B) A-F, B-V
- (C) A-V, B-F
- (D) A-F, B-F

8.(IBFC - TÉCNICO DE INFORMÁTICA (CM ARARAQUARA)/2018 (E MAIS 1 CONCURSO)

Considere a seguinte proposição, P: “O político foi incapaz de resolver os problemas anteriores e não conseguiu ser inovador nas soluções para os novos problemas”

Verifica-se:

I. A proposição “O político foi incapaz de resolver os problemas anteriores” é verdadeira.

II. A proposição “O político não conseguiu ser inovador nas soluções para os novos problemas” é falsa.

Assinale a alternativa que apresenta a conclusão correta sobre a proposição P a partir das condições dadas acima.

- (A) Então a proposição P será falsa
- (B) Então a proposição P será verdadeira
- (C) Então a proposição P será incompleta
- (D) Então a proposição P será uma indução
- (E) Então a proposição P será uma dedução

9.(IBFC - ANALISTA (CM ARARAQUARA)/CONTROLE INTERNO/2018 (E MAIS 1 CONCURSO)

Duas proposições A e B são utilizadas para compor uma nova. Na proposição composta temos a negação de B e empregamos a condição “ou” (disjunção inclusiva) para estabelecer a relação entre B e A.

Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A:V, B:V
- () A:F, B:V
- () A:F, B:F

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1-(IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Sobre discricionariedade, vinculação e os elementos do ato administrativo, analise as afirmativas abaixo.

I . Discricionariedade é sinônimo de arbitrariedade.

II . A discricionariedade é verificada quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas validas perante o direito.

III . O exercício da discricionariedade comumente é verificado nos elementos motivo e objeto do ato administrativo.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

2-(IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

Acerca dos Poderes da Administração Pública, em especial o Poder de Polícia, analise as afirmativas abaixo.

I. A polícia administrativa rege-se pelo Direito Administrativo, incidindo sobre bens, direitos ou atividades.

II . Costuma-se apontar como atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

III . A polícia judiciária rege-se pelo Direito Processual Penal, incidindo sobre pessoas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas a afirmativa I está correta
- (E) Apenas a afirmativa II está correta

3-(IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

No que se refere aos atributos dos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A imperatividade é um atributo do ato administrativo.

() A autoexecutoriedade é um atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

() Para que um ato administrativo esteja em consonância com a lei e seja presumido legítimo é necessário uma intervenção estatal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, V, V
- (B) V, V, F
- (C) V, F, V
- (D) F, F, V
- (E) F, V, F

4-(IBFC - 2020 - PM-BA - SOLDADO)

O artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 dispõe o seguinte:

“§1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

A expressão destacada tem relação com um princípio da Administração Pública encontrado na Constituição Federal. Assinale a alternativa correta que apresenta esse princípio.

- (A) Princípio da especialidade
- (B) Princípio da tutela
- (C) Princípio da impessoalidade
- (D) Princípio da hierarquia
- (E) Princípio da continuidade do interesse público

5-(IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Analise os itens a seguir e considere a classificação dos atos administrativos para assinalar a alternativa correta.

- (A) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser simples ou compostos, sendo estes últimos os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços
- (B) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos e compostos, sendo estes últimos os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado
- (C) Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser unitários, ditados e componentes, sendo estes últimos os que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, seja ele singular ou colegiado
- (D) Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, os atos podem ser de império e de gestão, sendo estes últimos os praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços
- (E) Quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser gerais e individuais, sendo que ambos os casos atingem todas as pessoas que se encontram na mesma situação

6-(IBFC - 2017 - PM-BA - SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR)

Assinale a alternativa que corresponde ao atributo do ato administrativo, segundo o qual, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração. Assim ocorre com relação às certidões, atestados, declarações, informações por ela fornecidas, todos dotados de fé pública.

- (A) Presunção de legalidade
- (B) Presunção de dualidade
- (C) Presunção de veracidade
- (D) Presunção de economicidade
- (E) Presunção de gratuidade

7. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) A licitação visa buscar a satisfação do interesse público e garantir a isonomia das contratações públicas. Sobre o tema, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() O Sistema de Registro de Preços não poderá ser adotado quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em razão de vedação legal expressa no Decreto nº 7.892/2013.

() É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), qualquer que seja o regime adotado.

() A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, sendo que, no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

() A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V
- (B) F, V, V, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, F, F, V

8. (TRE-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – IBFC – 2020) Em relação aos princípios que regem o regime jurídico administrativo, analise as afirmativas abaixo:

I. Em razão do Princípio da Intranscendência Subjetiva das Sanções, não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior quando, na gestão sucessora, são tomadas as providências cabíveis à reparação dos danos eventualmente cometidos.

II. O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, inciso XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, sendo este um reflexo do Princípio da Impessoalidade.

III. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Este enunciado trata, sobretudo, do Princípio da Legalidade.

IV. A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando estes forem ilegais. No entanto, se a invalidação do ato administrativo repercute no campo de interesses individuais, faz-se necessária a instauração de procedimento administrativo, em respeito aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. IBFC - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO (DEPEN MG)/2014/"CFTP 2º GRUPAMENTO"

São elementos originários e indissociáveis constitutivos do Estado:

- (A) Povo, Território e Governo soberano.
- (B) Governo, nação e união.
- (C) Nação, continente, federação.
- (D) Território, federação, república.

2. IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

A Constituição Federal regula a forma e o sistema de governo no Estado brasileiro. Sobre a disciplina constitucional desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil adota a República como sistema de governo e o Presidencialismo como forma de governo.
- (B) O Brasil adota a República como forma de governo e o Presidencialismo como sistema de governo.
- (C) O Brasil adota a República como sistema de governo e a Federação como forma de governo.
- (D) O Brasil adota a Federação como sistema de governo e o Presidencialismo como forma de governo.
- (E) O Brasil adota a República como forma de governo e a Federação como sistema de governo.

3. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO SUPERIOR/2014

O Estado, uma vez constituído, realiza os seus fins através de três funções: legislação, administração e jurisdição. Dando sequência ao tema, leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A função legislativa trata da elaboração da lei, é a função normativa. A função executiva cuida de fazer cumprir a lei, através da conversão da lei em ato individual/coletivo e concreto, é a função administrativa. A função judiciária prende-se à resolução de conflitos, aplicando o direito (lei) diante dos casos concretos.

II. Legislar, administrar e julgar são três fases da atividade estatal. O exercício dessas funções é distribuído pelos órgãos denominados Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) As afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Nenhuma afirmativa está correta.

4. IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Assinale a alternativa correta quanto à noção de Constituição Federal e o papel dessa espécie normativa na limitação dos poderes do Estado.

- (A) A Constituição Federal é um instrumento de regulação exclusivamente voltado aos brasileiros natos e naturalizados.
- (B) A Constituição Federal prevê expressamente todos os instrumentos de aplicação do Direito Positivo, sendo irregular qualquer outra previsão em lei federal.
- (C) A Constituição Federal não deve levar em consideração quaisquer desigualdades sociais.
- (D) A Constituição Federal prevê um conjunto de normas que estruturam o Estado e limitam o poder deste na interferência sobre a vida dos cidadãos.
- (E) O Estado brasileiro é livre para promover quaisquer políticas públicas, ainda que isso contrarie o texto da Constituição Federal.

5. IBFC - AGENTE PENITENCIÁRIO (SEAP BA)/2014

Assinale a alternativa correta quanto à classificação da Constituição Federal, sob os aspectos da origem, forma e mutabilidade.

- (A) A Constituição Federal é outorgada, costumeira e semirígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias irredutíveis chamadas de cláusulas pétreas.
- (B) A Constituição Federal brasileira é promulgada, escrita e rígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias alteráveis apenas por lei federal chamadas de cláusulas pétreas.
- (C) A Constituição Federal brasileira é promulgada, escrita e rígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias irredutíveis, chamadas de cláusulas pétreas.

(D) A Constituição Federal é outorgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.

(E) A Constituição Federal é promulgada, escrita e semirrígida e, quanto à mutabilidade, é correto dizer ainda que contém garantias redutíveis chamadas de cláusulas pétreas.

6. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo, A Constituição Federal é a organização sistemática dos elementos constitutivos do Estado. Segundo o mesmo autor, a tarefa de classificar as Constituições pode levar a diferentes caminhos, dependendo do corte escolhido para a separação dos conceitos. Mesmo assim, existem certos critérios especialmente úteis ao estudo das Constituições.

Diante disso, assinale a alternativa **correta**.

(A) A Constituição se apresenta como rígida ou flexível porquanto, no primeiro caso, contenha um núcleo imutável, constituído pelas chamadas cláusulas pétreas e, no último, por normas que sejam passíveis de alterações por um processo legislativo mais complexo e solene que o reservado à lei infraconstitucional ordinária.

(B) Considera-se uma Constituição Costumeira aquela formada, exclusivamente, por costumes e outras normas não escritas.

(C) Uma Constituição semi-rígida é aquela que permite a alteração de parte do seu texto por processo legislativo ordinário, reservando ao restante de suas disposições, uma proteção de imutabilidade.

(D) A Constituição será promulgada se resultar de um processo político democrático, através do qual, o Poder Constituinte é exercido por uma Assembleia formada pelo voto popular com o conhecimento prévio dessa incumbência.

7. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

Considerando a relação da Constituição Federal com as demais normas, estas últimas, necessariamente, de natureza diversa, analise as afirmações abaixo e responda em seguida.

I. A supremacia da Constituição Federal é consequência de uma característica presente em diplomas como o brasileiro e que a doutrina caracteriza como rigidez constitucional.

II. Considera-se a ordem jurídica, sob o aspecto da supremacia constitucional, a partir da existência de mecanismos aferidores da validade de normas resultantes do

exercício corriqueiro do poder de legislar através de leis ordinárias, condicionando a eficácia dessas normas à inexistência de conflito com o texto da Constituição.

III. Uma lei ordinária conserva sua validade diante de uma nova Constituição, desde que esta tenha sido garantida pelo texto constitucional anterior. Nesse sentido, cabe ao legislador ordinário tratar por lei da mesma espécie a disposição que passe a conflitar como a nova ordem.

Estão **corretas** as afirmativas:

- (A) Todas estão corretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está correta.
- (D) Apenas II está correta.

8. IBFC - ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL (SESP MG)/DIREITO/2014

O exercício do Poder Constituinte cria e reforma a Constituição Federal. Tais tarefas, contudo, não são exercidas pelos mesmos órgãos e assim, é recomendável uma delimitação das características de cada uma delas. A esse respeito assinale a alternativa **correta**.

(A) A existência de limitações ao Poder reformador da Constituição não é característica do ordenamento jurídico brasileiro, visto ser de absoluta liberdade a aptidão do Congresso Nacional para editar Emendas Constitucionais.

(B) Os limites objetivos impostos ao Poder Constituinte Derivado se resumem às determinações de momentos em que a reforma do texto constitucional se torna impossível.

(C) O Poder Constituinte Originário é autônomo, ilimitado, incondicionado, exceto por suas próprias disposições.

(D) A existência das chamadas cláusulas pétreas impõem limites de ordem circunstancial ao Poder Constituinte Derivado à medida que suas previsões podem ser ampliadas por Emendas.

9. IBFC - Oficial de Cartório (PC RJ)/2013

Segundo classificação doutrinária, o poder que permite que um Estado-Membro estruture a sua própria Constituição é denominado:

- (A) Poder Constituinte originário estadual.
- (B) Poder Constituinte derivado decorrente.
- (C) Poder Constituinte derivado reformador.
- (D) Poder Constituinte derivado revisor.
- (E) Poder Constituinte difuso.

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa incorreta:

(A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ressalvados os decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

(C) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

(D) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

2. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Assinale a alternativa correta:

(A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado após a sua vigência.

(B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(C) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

(D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.

3. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

O conceito analítico de crime apresenta como um de seus elementos constituidores a tipicidade. No contexto do fato típico observa-se um aparente conflito entre normas penais aplicáveis ao caso concreto. Com base nos seus conhecimentos sobre Direito Penal, assinale a alternativa que não apresenta um dos mecanismos principiológicos utilizados para solucionar os conflitos aparentes de normas:

(A) Princípio da subsidiariedade

(B) Princípio da insignificância

(C) Princípio da consunção

(D) Princípio da alternatividade

(E) Princípio da especialidade

4. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

A culpa é elemento constituidor do crime, ou seja, sua presença se faz essencial para avaliação da responsabilidade penal do agente por ato considerado ilícito. Nesse sentido, a culpa apresenta diversas nuances capazes de serem identificadas a partir do estudo minucioso dos termos contidos na legislação pátria.

Sobre o tema, assinale a alternativa que não contém descrição de ato culposo relevante aos olhos do Direito Penal:

(A) Realização de ato sem a necessária aptidão técnica para o exercício da função ou ofício

(B) Prática de ato tido como perigoso, agindo com precipitação e sem cautela

(C) Realização de ato cujo resultado danoso é sabido pelo agente e lhe causa indiferença

(D) Exercício de ato sem precaução quanto a eventual resultado danoso

(E) Prática de ato cujo resultado danoso é previsto, mas há certeza por parte do agente quanto a sua não ocorrência

5. (IBFC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ PR)/REMOÇÃO/2014)

Em relação ao dolo o Código Penal adota as teorias:

(A) Da vontade e do assentimento.

(B) Da vontade e da cognição.

(C) Da representação e do assentimento.

(D) Da probabilidade e da cognição.

6. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Análise os itens abaixo sobre a teoria do erro.

I. O erro de tipo essencial incide sobre elementar do tipo quando a falsa percepção de realidade faz com que o agente desconheça a natureza criminosa do fato.

II. O erro sobre objeto é irrelevante para o Direito Penal, já que o agente, mesmo quando realiza a conduta que recai sobre coisa alheia, responderá criminalmente pelo crime cometido nos limites do tipo penal.

III. O *aberratio ictus* é modalidade de erro acidental que não exclui a tipicidade, sopesando ao agente uma responsabilização em âmbito penal.

IV. O *aberratio criminis* é o desvio na execução do delito e recai sobre o objeto jurídico do crime, sendo que sua verificação não exclui a tipicidade.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas I e III estão corretos
- (B) Apenas II e IV estão corretos
- (C) Apenas II e III estão incorretos
- (D) Apenas III e IV estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão corretos

7. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

A teoria do erro detém grande importância para avaliação da responsabilidade penal de indivíduo acusado do cometimento de delito.

Sobre o erro de tipo, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Erro de tipo é equívoco de representação, ou seja, o agente atinge terceiro achando tratar-se de pessoa que visava atingir com sua conduta ilícita
- (B) Conhecido como “*aberratio ictus*”, o erro de tipo se vislumbra quando do momento da execução do delito terceiro é atingido sem que o agente tenha vontade de o fazê-lo
- (C) O erro de tipo é uma modalidade de erro que, quando verificada, não exclui o dolo, cabendo ao julgador verificar a ocorrência de engano durante a execução do delito e aplicar-lhe pena mais branda
- (D) Erro verificável quando o agente criminoso supõe que sua conduta recai sobre determinada coisa e na realidade recai sobre outra
- (E) Trata-se de erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, excluindo o elemento subjetivo e permitindo uma condenação por ato culposos, quando previsto em lei penal

8. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

Os itens abaixo dizem respeito à figura da tentativa em Direito Penal.

Análise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Tentativa branca é aquela que ocorre quando o agente, embora tendo empregado os meios ao seu alcance, não consegue atingir a coisa ou a pessoa.

II. Constitui-se como sendo o único elemento constituidor da tentativa a interrupção da execução por circunstâncias alheias à vontade do agente.

III. Nos crimes preterdolosos não se admite a tentativa.

IV. A pena por crimes tentados é a mesma do consumado, mas diminuída em $\frac{1}{4}$ (um quarto).

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) Apenas I e II estão corretos
- (B) Apenas II e IV estão corretos
- (C) Apenas I e III estão corretos
- (D) Apenas II e III estão incorretos
- (E) I, II, III e IV estão incorretos

9. (IBFC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ PE)/JUDICIÁRIA/2017)

Assinale a alternativa que **não** contempla uma das excludentes de antijuridicidade dispostas no Código Penal Brasileiro:

- (A) Realização de ato após coação moral irresistível
- (B) Exercício regular de uma aptidão abarcada pelo Direito
- (C) Imposição legal de um comportamento ao agente
- (D) Ato de afastamento da situação de perigo para salvar um bem jurídico próprio ou de terceiro
- (E) Utilização moderada de meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente

10. (IBFC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ PE)/2017)

São isentos de pena os agentes que detém determinadas condições especiais ou que realizam o fato tido como crime em situações extraordinárias. Sobre o tema, assinale a alternativa que **não** contempla uma causa excludente de culpabilidade.

- (A) Legítima defesa
- (B) Doença mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato
- (C) Desenvolvimento mental incompleto que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato
- (D) Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior
- (E) Retardamento mental que influencie na compreensão sobre a ilicitude do fato

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Segundo a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais resultados. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dos resultados previstos na referida lei:

- (A) A recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa.
- (B) A identificação dos demais coautores e participantes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- (C) A localização de eventual vítima, estando ou não com a sua integridade física preservada.
- (D) A prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- (E) A revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

2. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Conforme prevê a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), são direitos do agente infiltrado:

- (A) Praticar crimes no curso da investigação, mesmo quando exigível conduta diversa.
- (B) Ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- (C) Fazer cessar a atuação infiltrada por meio de decisão judicial autorizadora, sendo vedado ao agente recusar a atuação.
- (D) Guardar a devida proporcionalidade na sua atuação com a finalidade da investigação, não respondendo pelos excessos praticados.
- (E) Não ter sua identidade revelada, podendo, todavia, ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação independentemente da sua autorização, para que possa ser garantida a liberdade de imprensa.

3. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Segundo dispõe a Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência. Correspondem a medidas protetivas previstas na referida lei, com exceção de:

- (A) Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- (B) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (C) Proibição de frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- (D) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (E) Prestação de alimentos provisórios ou definitivos à ofendida.

4. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) A respeito das nulidades processuais, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal:

- (A) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, sendo que a deficiência de defesa também anulará o processo, independentemente de haver prejuízo para o réu.
- (B) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- (C) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.
- (D) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- (E) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

5. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) A respeito da suspensão do processo e das condições impostas no período de prova ao acusado, previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- (A) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz marcará audiência com o réu para analisar se é o caso de extinguir a punibilidade.
- (B) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- (C) A prescrição será interrompida durante o prazo de suspensão do processo.
- (D) O Juiz não poderá especificar outras condições que a fica subordinada a suspensão além daquelas previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95.
- (E) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

6. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) No que se refere à prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa que NÃO corresponde a um crime em que é autorizada a referida medida:

- (A) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).
- (B) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, do Código Penal).
- (C) Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285, do Código Penal).
- (D) Genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas.
- (E) Crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

7. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) A respeito do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- (B) Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que man-

terá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

(C) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(D) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, não se estendendo tal incumbência aos peritos não oficiais.

(E) O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

8. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Acerca das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, analise as assertivas abaixo:

I. Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

II. Será admitida a prisão preventiva se o agente for reincidente por outro crime doloso.

III. Será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

IV. Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e III, apenas.

9. (PC-RJ – PAPILOSCOPISTA POLICIAL 3ª CLASSE – IBFC – 2014) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, deverá adotar algumas providências. A respeito do tema, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) A autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

(B) A autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL PENAL MILITAR

1.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

No que se refere à disposição do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), assinale a alternativa incorreta acerca da aplicação da lei penal militar.

- (A) Considera-se praticado o crime no momento em que o resultado previsto no tipo penal é alcançado
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência
- (C) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- (D) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira

2.(IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre a noção de culpa no Direito Penal Militar.

- (A) Consiste na prática voluntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- (B) Consiste na prática involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- (C) Consiste na prática voluntária ou involuntária de um ato do qual decorre um resultado considerado crime, sem o cuidado e atenção devidos, que não foi querido nem previsto pelo agente, mas perfeitamente previsível
- (D) Consiste na prática voluntária de um ato desde que, necessariamente, se pretenda o resultado considerado crime

3.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

Acerca das penas previstas no Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969), assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma das penas principais previstas.

- (A) Reclusão
- (B) Detenção
- (C) Tortura
- (D) Reforma

4.(IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta sobre o cálculo das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- (A) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as causas majorantes e minorantes
- (B) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes e, por fim, as circunstâncias agravantes e atenuantes
- (C) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as circunstâncias agravantes e atenuantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem causas majorantes e minorantes na lei Penal Militar
- (D) O Código Penal Militar estabelece a forma de fixação da pena privativa de liberdade, prevendo as circunstâncias judiciais que devem ser consideradas pelo Magistrado inicialmente, depois estabelece também as causas majorantes e minorantes, que devem ser verificadas se existentes, cabendo dizer que não existem circunstâncias agravantes e atenuantes na lei Penal Militar

5.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

O Código Penal Militar trata das penas principais e acessórias. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma pena acessória:

- (A) Perda do posto ou patente
- (B) Exclusão das forças armadas
- (C) Proibição de contratar com o Poder Público
- (D) Indignidade para o oficialato

6.(IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa correta quanto à aplicação das penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- (A) As penas de perda do posto e da patente e a incompatibilidade com o oficialato são as únicas privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória
- (B) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, deixaram de ter aplicação como pena acessória
- (C) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são de competência originária de todos os órgãos da Justiça Militar
- (D) As penas de perda do posto e da patente, indignidade para o oficialato e a incompatibilidade com o oficialato são privativas de competência originária dos Tribunais, logo, continuam a ter aplicação como pena acessória

7.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

O artigo 110 do Código Penal Militar trata das espécies de medidas de segurança. Sobre o assunto, leia o dispositivo supracitado:

“Art. 110. As medidas de segurança são ou . As da primeira espécie subdividem-se em detentivas e não detentivas. As detentivas são a internação em manicômio judiciário e a internação em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, ou em seção especial de um ou de outro. As não detentivas são a cassação de licença para direção de veículos motorizados, o exílio local e a proibição de frequentar determinados lugares. As são a interdição de estabelecimento ou sede de sociedade ou associação, e o confisco”.

Art. 110 do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969)

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) especiais / comuns / comuns
- (B) pessoais / patrimoniais / patrimoniais
- (C) educativas / sancionadoras / sancionadoras
- (D) restritivas / individuais / individuais

8.(IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa incorreta sobre as medidas de segurança no Direito Penal Militar.

- (A) As medidas de segurança constituem sanção penal, cuja natureza é eminentemente preventiva
- (B) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o fato praticado pelo agente seja descrito como crime militar
- (C) Constitui pressuposto para a aplicação da medida de segurança, que o agente seja considerado perigoso
- (D) Procura evitar que aquele que delinuiu e seja perigoso pratique novas infrações penais, equiparando-se, portanto, a pena que possui natureza essencialmente retributiva-preventiva

9.(IBFC - ALUNO SOLDADO COMBATENTE (CBM AC)/2022)

No que se refere às disposições do Código Penal Militar sobre a extinção da punibilidade, assinale a alternativa que não apresenta uma causa extintiva da punibilidade.

- (A) Doença do agente
- (B) Morte do agente
- (C) Prescrição
- (D) Anistia ou indulto

10.(IBFC - OFICIAL (PM SE)/COMBATENTE/2018)

Assinale a alternativa que não corresponde às penas previstas na legislação que regula o Direito Penal Militar.

- (A) Morte
- (B) Reclusão
- (C) Detenção
- (D) Anistia